

O Conceito de Estado na Produção Teórica do Grupo de Trabalho sobre o Estado do CLACSO (1975-1978)

Leonardo Bacher Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Leonardo Granato

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Flávio Marcelo Busnello

Universidad Técnica Particular de Loja

1 Introdução

A discussão sobre o Estado na América Latina¹ traz a possibilidade de problematizar questões fundamentais sobre as instituições, a sociedade e o poder na região, tais como a forma que assumem as instituições, a relação entre classes e grupos no poder, e a própria função do modelo capitalista aos países periféricos. Conforme tratado em trabalhos anteriores², a adoção de uma análise crítica sobre o tema possibilita vasto debate acerca do Estado como categoria analítica fundamental para pensar a sociedade capitalista.

Apesar das múltiplas abordagens possíveis, o Estado é frequentemente explicado a partir de suas instituições formais e/ou seu papel frente aos diversos interesses concorrentes tanto nacionais quanto internacionais. A definição do termo Estado a partir de uma abordagem crítica e com categoria analítica central, nesse sentido, é estratégica no debate teórico e político e faz parte da disputa política e teórica pelo seu significado. Tratá-lo como uma categoria residual, por outro lado, pode comprometer o seu estudo e reduzi-lo à análise do poder formal, desconectado de sua natureza material na sociedade capitalista (Medeiros e Granato, 2018). Como consequência, há o risco de se confundir Estado com noções tais como: governo, estrutura de poder, dominação de classe, direção ideológica e outras (Lechner, 1981).

Em busca de investigar o conceito de Estado capitalista, esse artigo propõe analisá-lo a partir de seus aspectos teórico-conceituais, no âmbito da produção textual do Grupo de Trabalho sobre o Estado do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO)^{3 4}, no período 1975-1978.

¹ A América Latina é aqui entendida como recorte para situar a discussão, apesar da diversidade das experiências históricas dos vários países abrangidos. Sobre a compreensão dessa diversidade como uma totalidade, adotamos as considerações de Aricó (2017) que, ao se perguntar até que ponto as diversas formações sociais latino-americanas constituem um conjunto único possível de ser identificado com a categoria “América Latina”, defende que essa categoria encontra fundamento e explicação em um terreno histórico comum, numa matriz única que, dentre outros fatores, remete ao fenômeno comum da incorporação massiva em um mercado mundial que colocou tais formações em uma situação de dependência econômico-financeira com relação às economias capitalistas dos países centrais.

² Vejam-se Medeiros, Busnello e Granato (2020a e 2020b), Medeiros e Granato (2018 e 2019), Granato e Batista (2018).

³ Neste artigo referido apenas como “GT de Estado”.

Busca-se compreender quais são as teorias, os fundamentos teóricos e/ou autores específicos que compõem as noções de Estado presentes nos primeiros textos produzidos pelo referido GT.

Através de uma análise bibliográfica, e aplicando técnica de análise temática de conteúdo⁵, selecionaram-se três trabalhos do GT. Inicialmente, realizou-se uma pré-seleção onde foram estudados os doze textos⁶ produzidos pelo GT de Estado no período (1975-1978)⁷. Analisaram-se em torno de 530 páginas, tendo como objetivo identificar, preliminarmente, os textos que tratassem da questão estatal a partir da dimensão da luta política e da institucionalidade estatal. Esses dois eixos (considerados aqui os núcleos de sentido) possibilitam uma compreensão do conceito de Estado de maneira ampla, a partir da multiplicidade de fatores materiais na sociedade capitalista. Compreende-se aqui como luta política aquelas relações que se estabelecem entre classes sociais e grupos com interesses antagônicos ou conflitantes, em que grupos buscam estabelecer uma dominância – política, econômica e ideológica – sobre os demais. Já a institucionalidade do Estado compreende-se, neste artigo, como as instituições ou aparelhos do Estado que atuam politicamente – de forma ativa ou passiva – com base em fundamentos jurídicos pré-estabelecidos.

Em um segundo momento de análise, os doze textos foram submetidos à análise de conteúdo (Gomes, 1994), com objetivo de identificar os núcleos de sentido que compõem os textos do GT, “cuja presença ou a frequência de aparição possa significar algo para objetivo analítico escolhido” (Bardin, 1979, p. 105). Com isso, foram observados termos ou expressões conexas e/ou correlatas com os dois eixos de trabalho, como: sociedade, hegemonia, classes sociais, aparelhos do Estado, instituições do Estado, capital, relações de produção, elites, poderes etc. Resultaram-se desta análise três textos que serão abordados neste artigo.

O presente artigo se estrutura a partir desta introdução e da conclusão, além de outras duas partes. A primeira delas remete à renovação do debate crítico sobre o Estado, no âmbito das Ciências Sociais latino-americanas, nas décadas de 1970 e 1980, renovação da qual o GT de Estado foi expressão. A segunda parte do artigo apresenta a análise proposta referente aos primeiros trabalhos do referido GT.

2 A renovação do debate crítico sobre o Estado nas ciências sociais latino-americanas

A partir da década de 1960, de forma paralela às formulações da teoria marxista da dependência, a teoria marxista do Estado na América Latina passa por reformulações e novos debates em diferentes círculos intelectuais dos países centrais, principalmente a partir das contribuições de Louis Althusser, Nicos Poulantzas e dos desdobramentos em termos de debate com outros autores⁸. Essa renovação conceitual na América Latina foi favorecida por uma série de estudos sobre a

⁴ O referido Conselho, criado em 1967, é uma instituição internacional não governamental associada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que apresenta dentre seus objetivos, servir de instrumento para o desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina.

⁵ Esta técnica consiste na fragmentação do texto em unidades que expressem diferentes núcleos de sentido que formulam a comunicação (neste caso a comunicação sobre o Estado capitalista) para, posteriormente, proceder o seu reagrupamento em classes ou categorias.

⁶ A relação completa de textos publicados pelo GT de Estado, no período sob estudo, está disponível no Apêndice.

⁷ Todo o procedimento de análise foi realizado de forma manual, por meio do exame dos textos presentes no repositório digital do CEDES, cuja digitalização ocorreu a partir dos textos originais datilografados à época, acessível em <http://repositorio.cedes.org/>.

⁸ Veja-se Vasconi (1995).

dependência, teorias estas que, pela própria interlocução com o marxismo, ofereceram as bases para uma análise crítica do Estado (Granato, 2018).

Na época, essa renovação no debate teórico buscava compreender o Estado como um fenômeno complexo, que havia adquirido novos contornos desde as primeiras experiências históricas que serviriam para as formulações iniciais de autores clássicos do marxismo. Decorrente desse debate, que rapidamente tiveram ressonância nos cientistas sociais da região, surgiu, a partir da década de 1970, uma série de estudos sobre o Estado vinculada à problemática da inserção dependente da América Latina na etapa de acumulação do capitalismo monopolista, garantida pelo conjunto dos regimes ditatoriais que se impuseram na maioria dos países. Tal literatura, apesar da diversidade de experiências nacionais e em defesa de grandes sínteses explicativas, propôs sua teorização com referência sistemática à sociedade civil e ao sistema interestatal capitalista dos quais esse Estado é parte (O'Donnell, 1978).

Na história do pensamento social do continente, constantemente se verifica uma concepção demasiadamente estreita do que é o Estado limitando sua definição a um conjunto de instituições ou aparelhos, ora apresentadas como neutras, ora como identificadas como instrumentos de dominação. Além disso, existe a ausência de uma abordagem de forma mais ampla, remetendo-o às sociedades nacional e internacional das quais é expressão. Nesse sentido, cabe trazer aqui o argumento de O'Donnell, no sentido de que “não há teorização válida acerca do Estado desvinculada de uma teorização da sociedade. Como poderia se dizer algo acerca do Estado sem uma referência sistêmica, por exemplo, à estrutura de classes ou à disseminação do capitalismo em nossos países?” (O'Donnell, 1977a, p. 109).

Tanto nas vertentes da modernização e do estruturalismo cepalino como na escola marxista da dependência, o Estado invariavelmente tem sido concebido como algo dado, ou diluído no ‘conjunto de instituições’ ou compreendido como mero instrumento de dominação de classe, tornando-se, assim, uma “categoria residual” (Lechner, 1981, p. 7). Já a partir da década de 1970 operou, nas palavras de González Casanova (1990, p. 16), “a descoberta da sociedade civil por trás do Estado e do Estado por trás do sistema ou regime político”, no contexto mais amplo das relações externas de dominação a que a América Latina estava sujeita.

Em outras palavras, o Estado na América Latina deveria ser pensado, segundo Cueva (2013), desde a complexidade e a diversidade de condições ou determinações próprias e recíprocas que emergem do desenvolvimento capitalista desigual e combinado do continente, e que se expressam e se desenvolvem através da luta de classes na formação social concreta⁹. Foi justamente o apelo à necessidade de o Estado ser investigado, discutido e problematizado que, nas décadas de 1970 e 1980, congregou estudos que propuseram uma discussão do Estado latino-americano em nível ‘do particular’, julgando-se ser possível captar, nesse nível, o específico da questão estatal na região.

Durante as referidas décadas, no âmbito do CLACSO, funcionaram grupos de trabalho dedicados ao assunto, o que permite vislumbrar a relevância que a temática havia adquirido em certos círculos intelectuais da região. Em 1975 foi criado, em Quito (Equador), o GT de Estado, com sede em Buenos Aires (Argentina). O GT, sob coordenação do cientista político Guillermo O'Donnell, reuniu destacados pesquisadores em torno da discussão sobre o tema, dentre os quais

⁹ Em trabalho de 1970, Vasconi (1970) já advertia acerca da necessidade de pensar os aspectos singulares do Estado da região decorrentes da condição dependente das formações sociais latino-americanas. Uma contribuição nossa ao tema pode ser encontrada em Medeiros e Granato (2019).

estão Norbert Lechner, Marcos Kaplan, Jorge Graciarena, Oscar Oszlak, Fernando Henrique Cardoso e Edelberto Torres Rivas¹⁰. Os trabalhos do GT foram encerrados em 1978¹¹, ano no qual se optou pela criação de dois novos grupos de trabalho: o de Burocracia e Políticas Públicas, sob a coordenação de Oscar Oszlak, e o de Teoria do Estado, sob a coordenação de Norbert Lechner.

As contribuições do GT de Estado são um registro histórico não apenas da relevância do tema para as Ciências Sociais, mas também seu conteúdo demonstra ser valioso para a reflexão sobre a forma estatal capitalista, seja em tempos de declínio da forma democrática liberal no passado – nos períodos ditatoriais na América Latina –, seja na contemporaneidade latino-americana.

3 Conceitos, interpretações e abordagens sobre o Estado na produção intelectual do GT CLACSO sobre Estado (1975-1978)

Neste ponto faremos a análise teórico-conceitual proposta acerca dos três artigos selecionados, produzidos no âmbito do GT sobre o Estado. Dois deles, de autoria de Guillermo O'Donnell e um produzido por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. São intitulados, respectivamente, de “Estado y Alianzas en la Argentina 1956-1976”, “Apuntes para una teoría del Estado”, e “Post-Scriptum a Dependencia y Desarrollo en América Latina”¹².

O texto “Estado y Alianzas en la Argentina 1956-1976” foi escrito em 1976 e, no ano seguinte, foi produzido “Apuntes para una teoría del Estado”. No primeiro texto, O'Donnell analisa como o dinâmico processo de alianças políticas, ocorrido entre 1956 e 1976, influenciou as transformações do Estado na Argentina. No segundo texto, apresenta um panorama geral da teoria do Estado com ênfase nos atores envolvidos em distintos processos de dominação presente no Estado burocrático-autoritário¹³. Ainda neste texto O'Donnell discute estratégias de superação da forma de autoritarismo burocrático, o qual se diferenciava tanto em termos analíticos quanto em termos políticos, de autoritarismos populistas caudilhistas.

O tema da democracia se apresenta como uma discussão transversal nos dois textos de O'Donnell, e sua abordagem ocorre sob diferentes perspectivas. Além da questão da democracia, percebe-se a continuidade de uma discussão de fundo: as mudanças ocorridas no poder político e como estas repercutem na sociedade civil e na estruturação do Estado. Ao tratar do autoritarismo burocrático no Estado, O'Donnell aborda os processos históricos de lutas que marcaram a sua implantação, seus impactos e o seu colapso. Esses aspectos contribuem para indicar o que o autor compreende por Estado.

¹⁰ Um balanço dos primeiros anos de funcionamento do GT pode ser encontrado em O'Donnell (1977b).

¹¹ O fato de o GT em questão ter funcionado até o ano 1978 é forte indicio de como a reflexão sobre o Estado foi substituída rapidamente pela discussão acerca da democracia, que se tornaria dominante no debate de teoria política dos anos 90.

¹² Os três textos foram escritos originalmente na língua espanhola e todas as citações realizadas neste artigo foram traduzidas pelos autores.

¹³ Conceito desenvolvido por O'Donnell para explicar o contexto que identifica durante o período de 1956 a 1976 e corresponde a uma forma de autoritarismo que vem à tona como exigência de uma nova etapa de modernização do capitalismo na América Latina. Mas, distante da teoria da modernização, entende que o desenvolvimento econômico e a modernização não criam as condições para a democracia. Ao contrário, na América Latina o desenvolvimento econômico e sua continuidade fomentaram formas autoritárias de dominação política. Substituiu-se a tradicional dominação política oligárquica por outra que alia militares, empresários e tecnocratas da burocracia estatal. Em alguns casos, como na Argentina e no Chile, as alianças envolveram representantes do capital estrangeiro, tendo como exemplo os “Chicago Boys”.

Em “Apuntes para una teoría del Estado” (1977a)¹⁴, O’Donnell afirma que o Estado é um componente especificamente político da dominação em uma sociedade territorialmente delimitada. A partir disso, argumenta que o Estado, em todas as suas dimensões, é uma relação social de produção (O’Donnell, 1977a). Sendo assim, o Estado é um espaço inerentemente contraditório, por decorrer de relações sociais igualmente contraditórias, bem como ocupa um papel *co-constitutivo* de certas relações sociais, entre elas as relações capitalistas de produção. Essa elaboração inicial e sintética pode ser entendida mais como o fio condutor que permitirá ao autor trazer uma série de categorias e conceitos para explicar os fenômenos pertinentes ao Estado. Nas palavras do autor:

o estatal ou propriamente político, é simultaneamente garantia das relações capitalistas de produção, da articulação de classes de determinada sociedade, da diferenciação sistemática do acesso a recursos de poder (ou sistema de dominação) e da geração, produção e reprodução do capital (O’Donnell, 1977a, p. 8, tradução nossa).

O acesso ao sistema de dominação, para o autor, tem como componente necessário o Estado. Nesse sentido, não são apenas as instituições ou os aparatos estatais que representam o Estado, mas uma trama de relações de dominação política (O’Donnell, 1976). Portanto, a conceituação de Estado utilizada por O’Donnell, que nos recorda aquela pensada por Max Weber¹⁵, articula noção de território e uma forma específica de coação, a legítima.

Nesse sentido, O’Donnell, ao se manter próximo do aparato teórico e explicativo weberiano, salienta a importância do político como fator determinante – mas não único – em um processo mais amplo de dominação. O destaque dado a essa forma de dominação é conferido desde a própria definição recém mencionada na qual o Estado é um *componente especificamente político de dominação*. Contudo, O’Donnell salienta que, independente de sua relevância, essa é apenas uma forma de dominação distinta de outras tais como ideológica e econômica. Nas suas palavras,

a principal, porém, não a única, relação de dominação em uma sociedade capitalista é a relação de produção entre capitalista e trabalhador assalariado, mediante ao que se gera e apropria o valor do trabalho. Este é o coração da sociedade civil, seu grande princípio de contraditório ordenamento (O’Donnell, 1977a, p. 4, tradução nossa).

A separação que faz das esferas econômicas e política encontra alguma proximidade com o que propôs Ralph Miliband, nos anos 1960. Para o marxista inglês, o “aparato de dominação” congrega uma série de dimensões que operam com lógicas próprias, apesar de geralmente convergentes. Assim, uma classe dominante não poderia ser definida apenas pela propriedade dos meios de produção. Segundo ele,

¹⁴ Uma tradução à língua portuguesa deste artigo, intitulada “Anotações para uma teoria do Estado”, foi publicada em duas partes nos números 3 e 4 da Revista de Cultura e Política, dos anos 1980 e 1981, respectivamente.

¹⁵ Para Weber (2004) o Estado não é definido a partir do que faz, pois não haveria praticamente nenhuma tarefa que cumpra que alguma outra associação política ou social não possa fazê-lo, ou eventualmente já o faz. Na busca por identificar o que caracteriza o Estado enquanto uma categoria, Weber acaba por concluir que este representa uma comunidade humana a qual, dentro de determinado território, irá reclamar para si (com êxito) o monopólio legítimo da coação física, e essa é a mesma compreensão de O’Donnell.

uma classe que possua ou controle os meios de produção devem também ter uma adequada segurança, pelo menos, com relação à boa vontade e à proteção daqueles que controlam os meios de administração e coerção; e os que controlam o Estado devem ser capazes de confiar na cooperação daqueles que possuem ou controlam os meios de produção. É provável que os principais meios para estabelecer a comunicação e a aprovação decorram do controle dos outros dois meios (Miliband, 1999, p. 476).

Para O'Donnell e Miliband, a existência de uma separação de distintas dimensões de dominação indica que há uma articulação que pode ser compreendida como uma espécie de dominação em sentido amplo. O'Donnell dedica fundamental atenção a essa forma ampla de dominação que, para o autor, se apresenta como sinônimo de poder em "Apuntes para una teoría do Estado". Na compreensão do autor, a estrutura estatal é indissociável desse modo amplo de dominação na sociedade capitalista. Em suas palavras: "o político no sentido próprio ou específico entendo, então, como uma parte analítica do fenômeno mais geral da dominação: aquela que se encontra respaldada pela marcada supremacia no controle dos meios de coerção física" (O'Donnell, 1977a, p. 4, tradução nossa). Ainda, acerca da dominação, o cientista político argentino afirma que essa relação representa "a capacidade, atual e potencial, de impor regularmente a vontade de outros, inclusive, porém não necessariamente, contra sua resistência" (O'Donnell, 1977a, p. 4, tradução nossa). Esta afirmação está muito próxima do que diz Weber acerca das dimensões de poder e dominação. Para o autor, poder significa, genericamente,

a probabilidade de uma pessoa ou várias, impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes deste. [...] O poder, por sua vez, não é buscado exclusivamente para fins econômicos (de enriquecimento), pois o poder, também o econômico, pode ser apreciado 'por si mesmo', e, com muita frequência, o empenho por ele está também condicionado pela 'honra' social que traz consigo (Weber, 2004, p. 176).

A análise de O'Donnell (1977a), marcada por essa ideia de que as motivações e o exercício de poder são transversais a distintas formas de dominação, parte da ideia de que se trata de uma relação necessariamente assimétrica entre indivíduos e grupos com desigual acesso a certos recursos. Esses recursos assimetricamente distribuídos são de fundamental importância na sua definição de Estado. O autor destaca quatro em seus textos: a coerção física, o controle dos recursos econômicos, o controle dos recursos de informação, e o controle ideológico.

O primeiro é a coerção física, ou seja, a capacidade do exercício, ou da ameaça, da violência física para se alcançar a obediência. Nota-se que mesmo dedicando-se a compreender e explicar o surgimento e a continuidade do Estado burocrático-autoritário O'Donnell não perde de vista que a coerção não é elemento único e exclusivo do autoritarismo. O segundo seria o controle dos recursos econômicos, que se refere à ideia de que alguém da classe economicamente dominante provavelmente terá maiores condições de submeter outros, em situação econômica vulnerável, aos seus interesses. O terceiro, é o controle dos recursos da informação em sentido amplo, incluindo o conhecimento científico e tecnológico. O quarto e último recurso é o controle ideológico, "o recurso

mais eficiente em termos de manutenção da dominação” (O’Donnell, 1977a, p. 3). Nesse ponto, O’Donnell chama a atenção para o fato de que é esse recurso que garante que a dominação promovida pelo Estado apareça como justa e legítima. Ou seja, o controle deste último é eficaz porque “o dominado assume como justa e natural a relação assimétrica da qual é parte e, portanto, não a entende nem a questiona como dominação” (O’Donnell, 1977a, p. 3, tradução nossa).

A desigual distribuição desses recursos deve ser explicada, para o autor, no terreno de uma sociedade de classes. Vale observar que para O’Donnell classes sociais são posições na estrutura social determinadas por modalidades de exercício do trabalho, de criação e de apropriação do seu valor (O’Donnell, 1976 e 1977a). Ou seja, a posição que ocupam os sujeitos na estrutura social é determinada pelo exercício do trabalho. Essa noção de classes sociais está mais próxima de Karl Marx do que aquela de Max Weber. Para este último a classe não é caracterizada essencialmente a partir da dimensão econômica, o que importa na abordagem weberiana é compreender os diversos tipos ideais de situações de classes que se articulam e envolvem os indivíduos. Para O’Donnell (1976 e 1977a), independentemente do sistema produtivo, as classes sociais são definidas a partir da análise que considera quem trabalha, quem cria e quem se apropria do resultado, ou excedente produzido.

Porém, a relevância explicativa do papel das relações entre classes sociais em O’Donnell (1976 e 1977a) é mais acentuada do que na tradição weberiana, que praticamente a coloca em pé de igualdade com outras dimensões da vida do indivíduo. Portanto, o uso de recursos analíticos e metodológicos de correntes teóricas distintas – tais como a weberiana e a marxista – demonstram a complexidade e originalidade de suas argumentações.

Para o autor, o Estado se constitui sob uma base de desigual distribuição de recursos e ocupa um espaço de dominação. Conforme compreende, o fundamento do Estado é o sustento de seu controle de recursos de dominação e sua eficácia se dá pelo exercício desses recursos. Assim, do ponto de vista analítico, para O’Donnell (1977a), o Estado é um espaço que se ocupa primordialmente da coerção por intermédio de suas instituições e do direito. Além disso, conforme O’Donnell, compete ao Estado organizar o consenso como constituinte de solidariedades coletivas. Neste ponto é possível encontrar semelhança com o Estado pensado por Gramsci. Este autor denomina *Estado Integral* o espaço que concentra os meios de coerção física e organiza o consenso, assim como necessita dele (Gramsci, 1999).

O’Donnell está atento às transformações do Estado e seu papel frente à consolidação de uma sociedade democrática, mas também identifica a incapacidade do Estado de garantir a consolidação da igualdade formal. Isso seja pelas instituições estatais estarem excessivamente inclinada para os interesses dos ricos (O’Donnell, 1977a), seja pelas classes dominantes oligárquicas que conseguiram, por intermédio do controle do Estado, dirigir o desenvolvimento econômico segundo seus interesses (O’Donnell, 1976). Daí a necessidade de o Estado cumprir com uma função de coesão social. O’Donnell salienta a necessária articulação entre as formas de dominação para manutenção do Estado, seja este caracterizado por feições autoritárias e burocráticas, ou não. Tais recursos de dominação, ao garantirem a manutenção do Estado, são fundamentais para encobrir os conflitos e as desigualdades sociais (O’Donnell, 1977a). Nota-se que a dominação ocupa papel de legitimação da violência com fins de integração social, tal qual pode ser identificado na tradição weberiana, e encontra no Estado um forte protagonismo.

O lugar de destaque que ocupa o Estado, conforme seu entendimento, é na promoção de uma ilusória liberdade por intermédio do âmbito jurídico. Com isso, O'Donnell (1977a) matem-se atento à compreensão de que o Estado capitalista é a primeira forma de dominação política que postula seu fundamento na igualdade de todos os sujeitos em seu território:

a mobilização de recursos de poder pelo Estado pode fazer-se sobre a base de que o direito a fazê-lo foi conferido por “todos” os cidadãos. Por adição, a competitividade entre partidos implicada pela cidadania e seu corolário de democracia política, permite a articulação de interesses que mesmo que “filtrados” [...] sustentem uma crença fundamental para a legitimação das instituições estatais: a de que não há interesses sistematicamente negados por elas. Isto é por sua vez o correlato da descrença de que exista uma classe dominante (O'Donnell, 1977a, p. 23, tradução nossa).

Essa mesma concepção de importância da liberdade enquanto fundamento das relações de produção capitalistas é identificada em Marx. Ela é descrita como uma condição necessária para a consolidação das relações de produção na sociedade capitalista, na qual a classe trabalhadora deve se encontrar livre para vender sua força de trabalho. Ou nas palavras de O'Donnell, é necessária uma “classe dos trabalhadores formalmente livres” (1977a, p. 19-20). O Estado nesse caso, não respalda diretamente o capitalista nem como sujeito concreto, nem enquanto classe. O papel do Estado é garantir por intermédio de suas instituições político-jurídicas a relação social de produção que o origina enquanto uma classe fundamental (O'Donnell, 1977a). Há aqui uma convergência com a interpretação gramsciana referente à relação de complementaridade entre sociedade civil e Estado. Ambos, por caminhos distintos, chegam à conclusão de que os conflitos entre as classes na sociedade capitalista representam a essência do Estado, porém a sua aparência é conferida pelos recursos de dominação que promovem a legitimidade e o consenso das relações de dominação. Acerca disso, O'Donnell menciona que a coesão ligada à dominação de classe é “o esqueleto estruturador do Estado, posto a vista quando consenso social e legitimação estatal são sacrificados para salvar aquela dominação” (1977a, p. 20, tradução nossa). Com isso, a manutenção do controle que um grupo social consegue exercer sobre outro se dá mediante a articulação entre consenso e coerção.

Nos seus dois artigos do GT O'Donnell conclui a importância do Estado na reprodução das relações sociais próprias do capitalismo, cumprindo um papel fundamental de coesão social que se realiza pelo consenso ideológico.

Na medida que isso ocorre, o Estado capitalista é um crucial fator de coesão da sociedade global. Sua condição de garantidor e organizador da sociedade que é capitalista se completa com o consenso na sociedade e seu correlato de legitimação do Estado fetichizado em instituições. O resultado é um amplo controle ideológico, ou hegemonia, exercício pleno, porém encoberto da dominação na sociedade, respaldado por um Estado que aparece como zelador e resumo de um sentido compartilhado de vida em comum, assumido como natural e eticamente justo (O'Donnell, 1977a, p. 22, tradução nossa).

Essa função de coesão e o papel do Direito que O'Donnell destacada nos trechos anteriores também foi discutida por Nicos Poulantzas em termo similares, ao pensar o Estado capitalista nas décadas de sessenta e setenta no contexto da realidade dos países centrais do capitalismo. Para o autor grego, especialmente na obra “Pouvoir Politique et Classes Sociales”¹⁶, dentre as funções gerais do Estado estão as de organização, de legitimação e de coesão das relações de produção capitalistas. A função de ordem ou de organização da sociedade se apresenta, para Poulantzas, por meio das modalidades de uma função: i) técnica econômica (nível econômico) – que corresponde, particularmente, ao processo e à produtividade do trabalho; ii) técnica política (nível da luta de classes) – que consiste na manutenção da ordem política diante da luta/conflito de classes; e iii) ideológica (nível ideológico) – que consiste no papel de educação, do ensino etc. De forma similar ao raciocínio que desenvolve O'Donnell, para Poulantzas, estas funções são possíveis em razão da existência do Direito¹⁷. Nessa lógica, é por meio das regras, fundamentos e técnicas jurídicas que se tornam possíveis e legítimas as relações de exploração econômica e política de classe. Ambos os autores trabalham a partir de diferentes formas a relação de individualização-isolamento dos trabalhadores livres e a ideia de nação como elemento de coesão social. Se, por um lado, O'Donnell não estabelece uma relação clara entre a ideologia e o Direito, por outro, Poulantzas trata o segundo com a própria expressão da ideologia dominante na sociedade capitalista.

Ao explicar a ideologia jurídico-política o autor grego explica que ela atua em favor da função de coesão global do Estado, ao estabelecer o *efeito de isolamento* (o processo de individualização-isolamento dos agentes da produção), o *efeito de unidade* (unificação virtual desses mesmos indivíduos no burocratismo e na ideia de povo nação). Esses efeitos permitem, entre outras coisas, que os sujeitos em uma mesma posição de explorados na produção sintam-se em condições de igualdade em relação à classe proprietária, que tenham a ideia de sua igualdade também frente ao recrutamento para os cargos de Estado e que se compreendam iguais quanto à sua origem étnica, social e política por meio do pertencimento à nação. Tais efeitos na relação de luta política têm como consequência criar um imaginário universalizante a respeito dos interesses nacionais. Ou seja, a partir da ideologia jurídica, para Poulantzas, é possível constituir um imaginário nas classes subalternas de que os interesses particulares das classes ou frações dominantes correspondem aos interesses do povo nação. Assim, a noção de sociedade de classes desaparece em meio à idealização que remete à existência apenas de um grupo de indivíduos com uma identidade nacional.

Até aqui se verifica que, para O'Donnell, o Estado é associado necessariamente com a questão conflitiva entre classes sociais. A forma estatal burocrática e autoritária que ele vivenciou, por exemplo, era considerada por ele como resultante de um contexto de relações sociais conflitivas e de desigual distribuição de recursos de dominação pelas classes sociais.

Com menor ênfase explicativa nas relações sociais de classe, Cardoso e Faletto trazem sua contribuição no GT com uma leitura direcionada ao tipo de desenvolvimento econômico presente na América Latina. Diferentemente de O'Donnell, que busca explicar aspectos da natureza estatal,

¹⁶ A referida obra foi lançada no Brasil pela editora Martins Fontes, em 1977, com o título “Poder político e classes sociais”. Em 2019, após 51 anos da primeira edição da obra na França, a Editora Unicamp publicou uma nova tradução, a cargo de Maria Leonor Loureiro, com revisão técnica de Danilo Martuscelli.

¹⁷ O direito, ou a ideologia jurídico-política, representa para o autor uma subdivisão específica, que se apresenta ao lado das demais regiões ideológicas (moral, religiosa, filosófica, econômica, estética etc.) e que assume papel dominante nas formações sociais capitalistas. Para maior aprofundamento acerca do conceito de ideologia em Poulantzas, ver Motta (2010) e Medeiros e Granato (2021).

Cardoso e Faletto (1976) enfatizam em sua noção de Estado o seu comportamento enquanto dependente da economia internacional. Ou seja, aqui a dimensão de análise está voltada ao seu âmbito externo. Os autores buscam, especificamente, explicar as relações de dependência que constituem sociedades que, mesmo gozando de uma autonomia política, possuem laços de dependência econômica com o mercado internacional. Decorre dessa percepção dos autores o entendimento de que “sob a ação política formalmente livre e soberana pesariam os limites dessa estrutura de dominação que condicionaria as possibilidades de desenvolvimento dessas sociedades” (Martins, 2011, p. 231). Ou seja, os desafios do Estado para superar a condição de dependência é criar as condições ideais para internacionalização do mercado interno.

O texto de Cardoso e Faletto intitulado “Post-Scriptum a Dependencia y Desarrollo en América Latina”, de 1976, é uma tentativa de atualização de uma obra publicada dez anos antes, a qual tratava dos fatores que dificultam o desenvolvimento da América Latina e as relações estabelecidas pelos Estados com países desenvolvidos, em especial aquelas que envolvem os Estados Unidos. Tal atualização foi motivada por uma série de eventos articulados ao processo de lutas entre grupos e classes sociais, processo este que se efetiva no terreno da dominação econômica política e nos âmbitos internos e externos, na América Latina.

Na análise, destacam as reações ao modelo no período desenvolvimentista. Segundo essa análise, o esgotamento do modelo populista anterior e o aumento da tensão entre classes deu origem a várias tentativas de rompimento com o modelo de desenvolvimento que prevalecia até aquele momento. Dentre estas alternativas, os movimentos guerrilheiros tiveram alguma relevância na região, mas, sobretudo, os autores destacam como exemplos o êxito eleitoral de Salvador Allende no Chile e a estratégia reformista militar no Peru. A partir desse raciocínio é introduzida a visão de Estado adotada pelos autores no texto em questão:

O que é importante desde o ângulo deste ensaio é que o Estado foi visto não tanto como ‘instituição burguesa’ que devia ser destruída, mas como uma garantia para uma possível transformação global da sociedade, sendo a condição que seu controle permanecesse limitado às forças populares (Cardoso e Faletto, 1976, p. 21).

Aqui o Estado é compreendido a partir de uma autonomia em relação à classe burguesa, o que permite a elaboração de uma alternativa àquele modelo de desenvolvimento dependente ainda dentro dos marcos da economia capitalista. Essa autonomia, entretanto, parece ser superestimada por Cardoso e Faletto naquele momento, ao interpretarem que o Estado passou a ser “na fase de desenvolvimento dependente-associado, o elemento estratégico que funciona como uma tranca para permitir que se abram as portas pelas quais passa a história do capitalismo nas economias periféricas que se industrializam” (Cardoso e Faletto, 1976, p. 289). Essa sobrevalorização da autonomia estatal é revista pelo próprio Cardoso posteriormente. Nas palavras do próprio Cardoso (1995, p. 152) “tínhamos uma crença, ainda forte, na capacidade que o Estado tinha de moldar o progresso. Era promotor, estimulador e, acima de tudo, uma força potencialmente autônoma”. Contudo, segue dizendo, essa visão se alterou radicalmente. Isso porque “nos anos 80, a identidade positiva Estado-desenvolvimento se dilui e o Estado passa a ser visto quase como um obstáculo ao

progresso. Não é só a ideologia neoliberal que ganha uma hegemonia temporária. Mais do que isto, é a própria falência material do Estado” (Cardoso, 1995, p. 152).

Ainda que o eixo central da dependência seja o econômico e não o político, o texto nos possibilita identificar o que os autores entendem por Estado capitalista. Em diversas passagens, o caráter classista e de dominação dessa forma política é destacado, quando indicam que: “a peculiaridade distintiva do Estado, enquanto relação política fundamental, é que expressa uma situação de domínio e, portanto, reflete os interesses das classes dominantes e expressa a capacidade que elas possuem para se imporem às classes subalternas” (Cardoso e Faletto, 1976, p. 23). Neste trecho se verifica que o poder de Estado é definido com relação à sua capacidade que possui para a dominação de classe e, nesse sentido, à similaridade com a forma com que Poulantzas caracteriza seu exercício e como reflexo, o próprio papel do Estado. Para o autor grego, o poder sempre é uma capacidade relacional que determina lugares de domínio e subordinação de uma classe sobre as demais. Ou seja, o Estado não tem um poder próprio, é a classe que o possui e busca exercê-lo através da imposição de interesses específicos – os quais o Estado passa a corresponder – sobre outras classes sociais. Definido por Poulantzas, o poder é “a capacidade de uma classe de realizar objetivos específicos” (Poulantzas, 2019, p. 108).

A realização de objetivos e imposição de interesses de classe se apresenta, portanto, para esses autores como uma característica de dominação de classe. Essa organização se apresenta como uma espécie de pacto entre as classes dominantes, em diferentes formas e regimes políticos. Esse poder e organização de classe se expressa pelo “Estado como pacto básico de dominação (e não como se fosse expressão de um contrato social) que une classes dominantes no exercício de uma situação de domínio sobre o resto da sociedade, das formas variáveis que os regimes políticos assumem” (Cardoso e Faletto, 1976, p. 30). Cardoso e Faletto também destacam que o Estado é expressão da hegemonia política: “o Estado em um nível mais amplo expressa a imposição de uma classe ou de uma aliança de classes sobre outra ou outras” (Cardoso e Faletto, 1976, p. 30). A esse momento de domínio de uma classe sobre as demais no controle da sociedade política que Gramsci chamou “coroamento” da hegemonia. Mesmo que os autores iniciem uma discussão sobre a natureza de classe do Estado, o fazem para explicar a condição de dependência e uma possível alternativa dentro dos limites da própria economia política internacional. Cardoso e Faletto trabalham a hipótese de que seria possível, estrategicamente, estabelecer formas de desenvolvimento econômico associado com os países centrais e, a partir disso, ampliar o processo de industrialização. Nas palavras dos autores: “nos últimos dez anos o fortalecimento do Estado, a penetração das multinacionais e o desenvolvimento dependente associado concorreram no contexto de uma nova relação de classes” (Cardoso e Faletto, 1976, p. 27). Vale destacar que analisam as consequências da estruturação de uma nova forma da economia mundial, organizada a partir da ascensão das multinacionais, fenômeno este que posteriormente será chamado de globalização. Isso afetará diretamente suas conclusões acerca dos motivos da relação de dependência, porque a lógica explicativa está calcada na dinâmica econômica e nas alternativas para o desenvolvimento e não nas contradições das sociedades de classe em uma lógica de dependência.

Em comparação com os textos de O’Donnell, analisados anteriormente, há uma heterogeneidade marcante quanto à abordagem sobre o Estado. Não apenas porque se dedicam a estudá-lo em contextos diferentes, mas porque o identificam a partir de lógicas distintas. O’Donnell argumenta a partir de uma abordagem que concilia correntes teóricas e metodológicas variadas,

porém, com maior ênfase no papel das relações de classe em sua totalidade para descrever a consolidação do Estado e suas relações internacionais. Já para Cardoso e Faletto, o papel do plano econômico aparece com principal dimensão de análise para pensar o Estado no plano internacional. Outro aspecto que retira a centralidade da dominação de classe na análise de Cardoso e Faletto é quando referem o fenômeno de regimes autoritários no continente.

A esse respeito, Martins (2011) chama a atenção para o fato de que a leitura de Cardoso e Faletto considera que os regimes autoritários que se desenvolveram na América Latina nos anos 1960 e 1970 não eram decorrentes de necessidades de dominação da classe economicamente dominante, mas resultados de tentativas dos movimentos populares e suas lideranças de usar a esfera da política para buscar a autonomia. Nas palavras de Martins, “Construiu-se um Estado autoritário que se por um lado deu garantias ao capital, por outro, lhe tirou as formas de expressão política do sistema competitivo organizado pela democracia” (2011, p. 235). Resulta daí que a classe economicamente dominante fica refém de uma estrutura de dominação

organizada ao redor de altos funcionários (ministros, generais etc), que articulam interesses momentâneos. [...] “Essas estruturas semiformais substituem, nos marcos de uma política burocrático-autoritária, a organização mais estável e representativa dos interesses de classe, que é o partido político (Cardoso e Faletto, 1976, p. 299).

A essa forma de dominação os autores chamam de “anéis burocráticos”, em uma estrutura explicativa que muito lembra a jaula de aço weberiana¹⁸. Essa estrutura de dominação burocrática representa um importante elo da corrente de dependência que impede determinados países de desenvolverem-se. Tratam-se de estruturas burocráticas de ordem pública ou privada que passam a influenciar o desenvolvimento da sociedade. Os anéis burocráticos conectam empresários, altos funcionários do Estado e militares pela busca de interesses que vão para além dos meramente econômicos, mas que são essencialmente corporativos. Esses grupos constituem o que Cardoso e Faletto chamam de burguesia de Estado que, segundo eles, representam a base de sustentação dos regimes autoritário-burocráticos.

Entretanto, enquanto para O’Donnell os processos de modernização e industrialização na América Latina são relacionados – não como uma causalidade necessária, vale ressaltar – ao aparecimento de regimes autoritários, para Cardoso e Faletto as relações entre o político e o econômico são interpretadas a partir de uma maior autonomia relativa. Nesse sentido, estes autores são críticos à ideia de que haja uma determinação do econômico sobre a dimensão política nos processos sociais. Segundo eles,

¹⁸ Em linhas gerais, a ilustração da jaula de ferro, ou jaula de aço, está presente no livro “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (2014). Por meio dela, o autor trata da ideia do aprisionamento do indivíduo à estrutura burocratizada, que garantiria o funcionamento aparentemente coeso da sociedade. O espírito do capitalismo que, de modo irresistível, aprisiona a todos e impõem à vida social uma irrefreável dinâmica que, conforme Weber (2004, p. 165), deverá “queimar a última porção de combustível fóssil”. Advindo da ética protestante, este encarregou-se de “remodelar o mundo e a produzir no mundo seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história” (Weber, 2004, p. 166). Para um aprofundamento na ideia de jaula de ferro em Weber, ver Lowy (2014).

se houvesse tal determinação mecânica, o sentido efetivo da “autonomia do político” não seria mais que uma simples (e irrealista) autonomia da burocracia. No essencial, a questão da autonomia relativa implica a variabilidade de relações político-institucionais em função das alianças e das lutas de classe, ainda quando num mesmo padrão de relações entre as classes e, portanto, numa mesma forma, ou circuito, de expansão e predomínio de setores do capital (Cardoso e Faletto, 1976, p. 27).

Por fim, a interpretação sobre o Estado feita por Cardoso e Faletto é divergente daquela exposta por O’Donnell. Esse autor considera que, independentemente dos limites estruturais presentes no estágio de desenvolvimento dependente dos países latino-americanos, das décadas de 1960 e 1970, há possibilidades de mudança nos regimes políticos, a depender da atuação das forças políticas. Nesse sentido, O’Donnell compreende que essas possibilidades teriam o potencial de alterar qualitativamente as posições de classe na sociedades latino-americanas.

4 Conclusão

Partindo-se de um contexto de renovação teórico-conceitual do político na América Latina, entre as décadas de 1970 e 1980, esse artigo analisou o conceito de Estado na produção teórica do GT sobre o Estado do CLACSO, no período 1975-1978. Foram examinadas doze publicações oficiais no âmbito do GT e selecionados três textos que melhor representavam o objeto de estudo.

Como resultados dessa pesquisa identificou-se, primeiramente que, de modo geral, predominam nos textos abordagens relacionais sobre institucionalidade estatal, onde as instituições são compreendidas como um espaço de conflitos e disputas entre classes sociais e suas frações. Essa característica geral se mostra diluída em tendências conceituais e abordagens diversas dentro dos textos analisados. É possível estabelecer relações com autores das mais diversas abordagens teóricas no campo de estudos críticos do papel do Estado, como Karl Marx, Antônio Gramsci, Max Weber, Louis Althusser, Ralph Miliband e Nicos Poulantzas.

Nos textos analisados de O’Donnell, o Estado é identificado predominantemente como uma estrutura que organiza interesses de classe e que os viabiliza por meio do Direito. Esse argumento se nota em sua abordagem sobre as estruturas autoritárias de dominação do Estado e o papel da burocracia nos processos de transformação social.

Já no caso do texto analisado de autoria de Cardoso e Faletto, identificou-se que o Estado é definido também a partir de uma relação conflitiva entre classes sociais antagônicas no âmbito interno. Nessa dimensão analítica, o Estado se apresenta como uma arena de disputa por hegemonia. Entretanto, a ênfase dos autores é para os aspectos externos do Estado nacional, e nessa dimensão os conflitos de classe se diluem e dão espaço a um debate sobre a dependência latino-americana, muito distinto, entretanto, das reflexões sobre o tema por parte dos teóricos marxistas da dependência.

Além disso, as abordagens examinadas são originais por tratar conceitos gerais em termos concretos ao abordar a realidade latino-americana e, dessa forma, demonstram, a partir de um exame crítico, como se deu a circulação de reflexões teóricas baseadas na experiência de países centrais do capitalismo na produção do GT.

Em termo mais específicos, identificou-se que há ressonâncias da renovação do debate sobre o Estado que ocorreu na Europa nas décadas de 1960 e 1970. Principalmente na visão dos autores acerca do conceito de Estado e seu papel, verificou-se que a exemplo do que ocorreu no debate europeu, os textos analisados pelo GT do CLACSO contemplam uma visão relacional do Estado. Em suma, são repensadas, também na produção do GT, visões instrumentalistas ou “neutralizantes” sobre o papel do Estado na sociedade capitalista, o que permite uma visão ampliada das relações de dominação e de sua relação com a institucionalidade estatal.

Referências

- ARICÓ, José. La hipótesis de Justo. Escritos sobre el socialismo en América Latina. In: CORTÉS, Martín (Ed.). *José Aricó: dilemas del marxismo en América Latina: antología esencial*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4 (60), p. 148-155, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Post-Scriptum a Dependencia y Desarrollo en América Latina. *Documento CEDES* 6, 1976. Disponível em: <http://repositorio.cedes.org/handle/123456789/3294>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- CUEVA, Agustín. El desarrollo del capitalismo en América Latina y la cuestión del Estado. Problemas del Desarrollo. *Revista Latinoamericana de Economía*, v. 11, n. 42, p. 29-43, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/38220/34747>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely F. et al. (Orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Introducción. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Coord.). *El Estado en América Latina: Teoría y Práctica*. México: Universidad de las Naciones Unidas/Siglo Veintiuno, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel*. México: Ediciones Era, 1999. Tomo 3.
- GRANATO, Leonardo. *El debate sobre el Estado en América Latina*. Observatório do Estado Latino-Americano, 13 set. 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2018/09/13/el-debate-sobre-el-estado-en-america-latina/>. Acesso em: 04 dez. 2020.
- GRANATO, Leonardo; BATISTA, Ian Rebouças. Estado, autonomia e integração regional na América Latina. *Latinoamérica - Revista de Estudios Latinoamericanos*, n. 66, p. 261-285, 2018.
- LECHNER, Norbert. Presentación. In: LECHNER, Norbert (Ed.). *Estado y Política en América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1981.
- LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MEDEIROS, Leonardo Bacher; BUSNELLO, Flavio Marcelo; GRANATO, Leonardo. Discutindo Paradigmas: Democracia e Estado na América Latina. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, v. 11, n. 22, p. 12-22, 2020a.
- MEDEIROS, Leonardo Bacher; BUSNELLO, Flavio Marcelo; GRANATO, Leonardo. O estudo do Estado democrático latino-americano: Uma perspectiva relacional. *Tla-Melaua*, v. 48, n. 48, p. 7-27, 2020b.
- MEDEIROS, Leonardo B.; GRANATO, Leonardo. Notas para uma compreensão ampliada do conceito de ideologia dominante. *Revista Princípios*, v. 40, n. 161, p. 114-139, 2021.
- MEDEIROS, Leonardo B.; GRANATO, Leonardo. Estado e democracia na América Latina: ensaio teórico-crítico. In: XAVIER, Lúcia; ÁVILA, Federico D.; FONSECA, Vicente (Orgs.). *A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa*. Curitiba: CRV, 2019. V. 3.
- MEDEIROS, Leonardo B.; GRANATO, Leonardo. O Estado e seu fundamento na luta de classes: Uma contribuição para os estudos sobre a qualidade da democracia na América Latina. In: XAVIER, Lúcia; ÁVILA, Federico D.; FONSECA, Vicente (Orgs.). *A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões teóricas e metodológicas da pesquisa*. Curitiba: CRV, 2018. V. 2.
- MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito. *Dados*, v. 53, n. 2, p. 367-403, 2010.
- O'DONNELL, Guillermo. Apuntes para una teoría del Estado. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, n. 4, p. 1157-1199, 1978.
- O'DONNELL, Guillermo. Apuntes para una teoría del Estado. *Documento CEDES 9*, 1977a. Disponível em: <http://repositorio.cedes.org/handle/123456789/3297>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- O'DONNELL, Guillermo. Acerca del Grupo de Trabajo sobre el Estado. *Latin American Research Review*, v. 12, n. 2, p. 109-120, 1977b. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2502599>. Acesso em: 10 out. 2018.
- O'DONNELL, Guillermo. Estado y alianzas en la Argentina (1956-1976). *Documento CEDES 5*, 1976. Disponível em: <http://repositorio.cedes.org/handle/123456789/3293>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- VASCONI, Tomás A. *Las ciencias sociales en América del Sur y Chile 1960-1990*. Documento de Trabajo, Centro de Investigaciones Sociales/Universidad ARCIS, 1995. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.org/Chile/di-uarcis/20190628053324/Docw1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- VASCONI, Tomás A. Dependencia y superestructura. *Pensamiento Crítico*, n. 46, p. 194-217, 1970.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UnB, 2004.

APÊNDICE

Lista de produções do GT de Estado do CLACSO, período 1975-1978

Título	Autoria	Ano	Págs.
Acerca del corporativismo y la cuestión del Estado	Guillermo O'Donnell	1975	71
Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en el Estado burocrático-autoritario	Guillermo O'Donnell	1975	66
Populismos y partidos de clase media: notas comparativas	Marcelo Cavarozzi	1976	57
<i>Post-Scriptum</i> a Dependencia y Desarrollo en América Latina	Fernando Henrique Cardoso Enzo Faletto	1976	38
Estado y alianzas en la Argentina (1956-1976)	Guillermo O'Donnell	1976	40
Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación	Oscar Oszlak Guillermo O'Donnell	1976	44
Apuntes para una teoría del Estado	Guillermo O'Donnell	1977	49
Notas críticas para una teoría de la burocracia estatal	Oscar Oszlak	1977	53
La etapa oligárquica de dominación burguesa en Chile	Marcelo Cavarozzi	1977	46
Tensiones en el Estado burocrático-autoritario y la cuestión de la democracia	Guillermo O'Donnell	1978	36
Elementos para una caracterización del capitalismo oligárquico	Marcelo Cavarozzi	1978	35
La tercera presidencia de Perón: gobierno de emergencia y crisis política	Oscar Landi	1978	70

Artigo recebido em: Dezembro/2020

Aprovado em: Maio/2021

Leonardo Bacher Medeiros (bachermedeiros1@gmail.com) é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realiza estágio pós-doutoral no Pós-Graduação em Ciência Política da mesma instituição.

Leonardo Granato (leonardo.granato@ufrgs.br) é Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Flávio Marcelo Busnelo (busnellofm@gmail.com) é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Visitante da Universidad Técnica Particular de Loja/Equador.

O Conceito de Estado na Produção Teórica do Grupo de Trabalho sobre o Estado do CLACSO (1975-1978)

Resumo. Este artigo propõe analisar o conceito de Estado na produção teórica do Grupo de Trabalho sobre o Estado do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), no período 1975-1978, no contexto de renovação teórica sobre o assunto. Especificamente, este artigo busca compreender como é definido conceitualmente o Estado nos textos do referido GT e quais são os fundamentos teóricos em que se baseiam para essas proposições. Através do estudo bibliográfico e da técnica de análise temática de conteúdo selecionaram-se três textos que discutem, de maneira central, a luta política e a institucionalidade estatal. Conclui-se que, de modo geral, não há uma definição fechada sobre o conceito de Estado, mas que predominam nos textos abordagens relacionais sobre institucionalidade estatal, onde as instituições são compreendidas como um espaço de conflitos e disputas entre classes sociais e suas frações.

Palavras-chave: Estado; América Latina; CLACSO; Luta Política; Institucionalidade Estatal.

The Concept of the State in the Theoretical Production of the Working Group of the CLACSO (1975-1978)

Abstract. This paper proposes to discuss the concept of the State in the theoretical production of the Working Group on the State of the Latin American Council of Social Sciences (CLACSO) in the period 1975-1978, in the context of theoretical renewal on the subject. Specifically, this paper seeks to understand how the State is conceptually defined in the texts of the mentioned WG and what are the theoretical foundations on which they are based for these propositions. Through a bibliographical study and the technique of content analysis it was selected three texts that discuss mainly the political struggle and the state institutionalality. We conclude that in general there is not a closed definition of the concept of the state, but that there is a predominance in the texts of relational approaches about state institutionalality, where institutions are understood as a place of conflicts and disputes between social classes and their fractions.

Keywords: State; Latin America; CLACSO; Political Struggle, State Institutionalality.